

**O ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO NA CIDADE DE ANÁPOLIS-GO (1948-1961):
estudos documentais e reflexões a partir de narrativas históricas.**

DIOGO JANSEN RIBEIRO*

RESUMO: A presente proposta de pesquisa busca analisar a implementação do ensino secundário público na cidade de Anápolis-GO entre 1948 e 1961. O período de estudo compreende a chegada desse nível de ensino público no município ainda sob regulamentação da Lei Orgânica do Ensino Secundário nº 4.244 de 09 de abril de 1942, que integra o rol de ações do ministro Vargas Gustavo Capanema na tentativa de organizar o sistema de ensino brasileiro, até a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 que substitui a Lei Orgânica. Uma reflexão a partir de fontes primárias (atas, projetos de leis, cartas legislativas, requerimentos, jornais, fotografias etc) existentes no Centro de Documentação e Pesquisa do Legislativo e Executivo anapolino, norteadas pelo interesse investigativo no perfil dos frequentadores e na formação dos docentes desse nível de ensino no tempo delimitado para esta pesquisa. Procura-se, sobretudo, contribuir com o cenário historiográfico educacional da cidade e produzir conhecimento na área da História da Educação brasileira.

Palavras-chave: Anápolis-GO. Ensino secundário. Escrita da História. História da Educação.

Introdução

A disposição para melhor afinar o projeto em conformidade com a linha de pesquisa pretendida é enorme.

Fica delimitado para esta pesquisa o Ensino Secundário público na cidade de Anápolis-GO, sua origem em 1948 com a criação do Ginásio Municipal até a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961 que o modifica a partir de outras perspectivas, uma vez que a instrução pública secundária era normatizada até então pelo Decreto-lei nº 4.244 de 09 de abril de 1942 que, integra o quadro de reformas educacionais empreendidas pelo governo Vargas. A primeira menção do ensino secundário público em documentos oficiais na cidade aparece no Projeto de Lei nº 159 de 31 de maio de 1948, com a solicitação da parlamentar Francisca Miguel pela criação de um Ginásio Municipal onde a população sem condições de acessar esse nível de ensino na cidade, até então particular, pudesse incluir seus filhos de forma gratuita.

*Faculdade Católica de Anápolis; Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias (UEG).

O recorte ora apresentado procura investigar a implementação do ensino secundário nos quatorze anos em que o mesmo esteve sob as observâncias da Lei Orgânica até a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Nesse processo de implementação procurarei problematizar as fontes relativas ao perfil do aluno frequentador e do docente ministrante das aulas. Percebe-se em uma análise prévia dos documentos que houve uma migração dos alunos das escolas secundárias privadas para o Ginásio municipal, um claro desvio de finalidade uma vez que a sua criação, prevista no Projeto de Lei nº 159 de 1948 era na intenção de atender os alunos pobres que não possuíam recursos para frequentarem as escolas privadas. Este fato torna-se recorrente nos próximos anos e em relação a outros estabelecimentos criados na cidade. Gera uma discussão no parlamento entre vereadores que de maneira evidente, como se observa na ata da sessão de junho de 1948 p. 11 “buscam o zelo com os seus” e desprestigiam uma parcela populacional pobre tanto urbana quanto rural. Indaga-se aqui qual o perfil dos frequentadores do ensino secundário entre 1948 e 1961?

Quem eram os docentes? Qual a classe social desses professores e como se dava a contratação dos mesmos pela prefeitura da cidade? Nos elementos previamente observados nos documentos arquivadas no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa da cidade há uma série de cartas indicando professores com base na Lei Orgânica do ensino secundário, porém, muitos professores assumiam apenas pelo parentesco com políticos segundo denúncias da população, como consta em requerimentos à Câmara. Haja vista que a formação e atuação docente na cidade de Anápolis entre as décadas de 1940 e 1960 foram perpassadas pela ditadura varguista e uma emergente industrialização no Planalto que se acelerava com a demanda social pela instituição do ensino secundário e em casos como do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com um ensino articulado ao técnico-profissionalizante, fatos que repercutiam diretamente na construção à revelia de escolas secundárias bem como na fabricação de docentes para este nível de ensino.

Antes de sua criação no ano de 1948 outros três Ginásios já funcionavam na cidade, porquanto eram particulares e vinculados a instituições religiosas.

O processo de investigação que se desponta neste trabalho procurará entender por meio das fontes primárias selecionadas, as relações políticas, pois é uma ação discutida periodicamente no Plenário do Legislativo; econômicas no âmbito de financiamento público;

sociais no sentido de que era uma ação que partia da própria sociedade se organizando em busca de uma educação secundária pública e gratuita, como pode ser observado nos “abaixo assinados”¹ anexados aos projetos; religiosa pois as instituições que iniciam esse nível de ensino são católico-evangélicas e, outros elementos que durante o processo de implementação do ensino secundário público permitirem uma reflexão e construção de conhecimento acerca da instrução pública no município.

Nota-se nas observações preliminares que uma parte considerável dos alunos do ensino secundário público da cidade eram impedidos de completar o processo de escolarização, assim, a análise dos elementos que obstruíam a completude desse processo torna-se relevante para uma investigação do perfil dos alunos que frequentavam o ensino secundário. Observa-se também que cinco anos após a implementação do primeiro Ginásio no município a demanda por vagas dobra e ações no sentido da formação de docentes começam a ser discutidas pela prefeitura e órgãos de ensino.

As pesquisas acerca da História da Educação em Anápolis são discretas. Urgindo por pesquisas que versem sobre seus vários temas. Assim, a proposta de estudo apresentada procurará dar início a uma trajetória de trabalho que aprofundará o conhecimento sobre um dos níveis de ensino que compõe a estrutura escolar brasileira, o secundário. Uma discussão inexistente que será inaugurada com a presente pesquisa e contribuirá com a historiografia educacional da cidade, bem como permitirá que os seus resultados componham o rol de estudos sobre a História dos processos educadores no período republicano. Tonando-se potencialmente relevante para questões científicas da área do projeto, com fortes consequências para educação.

O projeto que se empreende aqui tem sua justificativa centrada na lacuna historiográfica educacional existente na cidade de Anápolis-GO, o desconhecimento de fontes potencialmente relevantes à historiografia educacional trás prejuízo para História da Educação brasileira e em especial para a história da cidade.

Esse estudo constitui-se como uma análise profícua para a História da Educação, colocando a cidade de Anápolis no cenário das discussões entabuladas acerca da história da educação brasileira. O desnudar das fontes primárias que comporão este estudo revelarão os

¹ Lista contendo nomes de pessoas interessadas em alguma ação específica por parte do poder público.

traços históricos, sociológicos e filosóficos do ensino secundário em uma cidade que é hoje um polo acadêmico no Centro-Oeste e ainda não conhece a sua própria História da Educação.

Caminhando ao encontro da linha de pesquisa escolhida, que tem como objetivo analisar e escrever a História da Educação é que esse pesquisador e seu trabalho se colocam plausível de adaptações para melhor se afinar e atender outras apreciações e questionamentos.

Evidencia-se que a pouca produção acadêmica sobre a história da educação na cidade é justificativa fundamental para o empreendimento desta investigação.

OBJETIVOS

Geral:

- Analisar a implementação do ensino secundário público na cidade de Anápolis-GO a partir do ano de seu surgimento em 1948 até a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira em 1961.

Específicos:

- Catalogar as fontes primárias relativas ao ensino secundário público na cidade de Anápolis-GO entre os anos de 1948 e 1961;
- Analisar o processo de implementação dos ginásios públicos municipais;
- Identificar o perfil dos alunos que freqüentavam o ensino secundário no município neste período;
- Discutir a formação dos professores neste período;
- Fornecer subsídios para uma reflexão crítica sobre o ensino secundário na cidade de Anápolis-GO;
- Historicizar o ensino secundário no município de Anápolis-GO no período estudado;
- Construir conhecimento acerca da História da Educação anapolina e de Goiás;

Fundamentação teórica e revisão de literatura

A presente proposta é norteadada pelas concepções teóricas de autores pioneiros na discussão acerca do ensino secundário no Brasil e no caso da cidade de Anápolis-GO por meio das fontes primárias, uma vez que não existem bibliografias sobre essa temática que discutam o ensino ginásial na cidade. Após um levantamento bibliográfico na biblioteca da Universidade Estadual de Goiás (UEG), na biblioteca da Uni-Evangélica, Universidade Federal de Goiás (UFG), PUC-Católica de Goiânia e em sites especializados e de outras Universidades que possuem grupos de pesquisa voltados para História da Educação foi percebido que discussões relativas ao ensino secundário na cidade de Anápolis realmente é inédito e desafiador. Então buscou-se a partir de resultados de outros pesquisadores entender em que contexto surge esse nível de ensino e qual a trajetória político-social até sua instalação no município.

Neste sentido a pesquisadora Haidar (1972) analisa a evolução do ensino secundário a partir de 1834 até o final do Império em 1889, oferecendo suporte teórico para quem se interessa pelo assunto. É nos seus textos que se procurará entender esse nível de ensino em sua origem. A perspicaz análise da pesquisadora contribui no sentido de entender as bases desse nível de ensino no Brasil, sua trajetória histórica, imbricado em uma construção sócio-política perpassada por vários momentos e peculiaridades se comparados os eixos Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás/Tocantins.

Na cidade de Anápolis-GO o Ensino Secundário demorou a chegar, as famílias que queriam oferecer essa educação aos seus filhos procuravam a capital, exigindo desses pais enormes quantias em dinheiro para manutenção de suas proles em outras cidades, além da capital a cidade de Bomfim (Silvânia) também oferecia o Ensino Secundário em Goiás.

Alijando desse processo os menos favorecidos que, desprestigiados se reduziam ao estudo das primeiras letras, aprender a ler e escrever o básico e a cálculo simples.

O ensino secundário privado na cidade surge no início do séc. XX com algumas características pertinentes ao momento político, sócio-histórico em que o Brasil se encontrava. A ainda recém instituída República (1889), oligarquias agrárias ressentidas e uma nação analfabeta, aspectos que integram o contexto nacional em que surge o ensino secundário no Brasil e mais tardiamente o ensino público no município de Anápolis. O ensino ginásial no município só aparece em 1948, constando as primeiras menções a esse nível de ensino em documentos oficiais no Projeto de Lei nº 159 de 31 de maio de 1948 proposto pela vereadora

Francisca Miguel com o seguinte argumento logo no início do projeto 159 de 1948 na folha 02, “dados os recursos econômicos de grande parte da população, muitos são os que deixam de cuidar o Ginásio por falta de recursos dos pais, não sendo poucos os que mantendo-se á custa do próprio trabalho, conseguem colocar-se e estudar ao mesmo tempo”, evidenciando uma das características do ensino secundário neste período em todo o país, a saber um ensino voltado para aqueles que pudessem arcar com os custos de manter um jovem estudando sem trabalhar, com um currículo que incluía matemática, história natural, química, noções de moral, ciências sociais e comércio (CARVALHO, 1999).

O Ensino Secundário em Anápolis surge com os mesmos desafios que no Distrito Federal à época o Rio de Janeiro, bem como no Estado de São Paulo e demais Territórios. Era voltado para formação básica da elite e trazia em seu bojo um grande desafio para os vislumbres políticos que se assentavam sob a provável democratização do ensino. Trazendo a tona profundos questionamentos quanto a sua função formativa. Estabelecendo-se como um dos problemas cruciais da educação brasileira o Ensino Secundário desde os primeiros anos da República, quando a unificação da estrutura educacional tornou-se uma bandeira dos educadores liberais, é apresentado a sociedade anapolina como redentora do seus problemas sociais como pode ser pinçado de um trecho do Parecer ao projeto 159 de 1948 interpelado pelo parlamentar Alfeu Medeiros relator escolhido pelos 10 vereadores que compunham o Legislativo anapolino em 1948

descobre-se pela simples leitura do projeto, que sua autora, afeita como é, as lides do ensino, tem perfeita visão do panorama educacional desta terra, conhece-lhe as deficiências que se iniciam nos cursos primários e os alongam aos secundários [...] como brasileiro que vê ***na difusão do ensino secundário o meio mais prático e eficiente para que a nossa pátria consiga sua plena libertação quer no terreno intelectual como no terreno econômico***, só poderia votar pela aprovação do projeto em causa (grifo nosso)

A discussão presente no primeiro documento relativo ao ensino secundário no município sinaliza que a percepção dos parlamentares que, intentam inaugurar esse nível de ensino público na cidade, é democratizante, torna-lo acessível à população em geral e romper com o caráter elitizante que marca toda a história do ensino secundário no Brasil, ressalva-se que existiram pareceres contrários, dos cinco projetos apresentados no primeiro ano depois da criação do Ginásio Municipal (1948), dois projetos trazem a baila outro aspecto que também

demarca o surgimento do ensino secundário na cidade, que é a composição curricular e as divergências quanto à função educativa desse nível de ensino que é discutida no Projeto de Lei nº 24 de 03 de julho de 1948, que se desdobram em outros desafios apresentados aos parlamentares e os docentes que compuseram a Comissão de Educação da época.

O exame de admissão torna-se um dos problemas mais característicos na implementação do ensino secundário na cidade de Anápolis-GO. Veja bem, a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942 reestruturou o ensino secundário num primeiro ciclo, chamado de Ginásio e num segundo ciclo chamado de clássico e científico. Esse último ciclo, que na Reforma Francisco Campos estivera subdividido em três, passava a constituir-se em dois cursos que não apresentavam do ponto de vista curricular qualquer caráter de especialização (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000).

O ensino secundário continuaria, portanto, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, um curso de cultura geral e de cultura humanística, com o mesmo sistema de provas e exames previstos na legislação anterior, mantendo a seletividade que seria colocada em xeque pela demanda social. Que gerava longas discussões em plenário por parte dos vereadores anapolinos. Uma vez que o ensino secundário era um evento novo no município e requeria para a submissão ao seu exame de admissão o poder de compra dos livros/enciclopédias preparatórios (as), que gerava uma grande seletividade, pois os cursos de admissão eram inacessíveis para quase toda a sociedade anapolina em idade escolar tendo em vista que o preparo era particular e à custa de altas taxas que dificultavam o acesso aos pobres, além de tornar moeda eleitoreira. Dados do jornal “O Anápolis” de 1950 apontam para uma suposta negociação entre 5 vereadores da Câmara Municipal e “pobres” eleitores de Matão².

Na definição do lugar do ensino técnico, da escola normal e do ensino secundário se deram os maiores embates. Nesse contexto, alguns posicionamentos podem ser registrados, na condição de indícios que auxiliam a continuidade desta ou de outras investigações: a definição da identidade do ensino secundário abriu distintos questionamentos a partir dos anos 1930 até os anos 1960: sobre seu caráter de fase intermediária de escolarização; sobre as várias etapas em que foi desdobrado e as respectivas estruturas organizacionais; sobre a sua equiparação com outras formas de escolarização, entendidas ou não como correlatas – os ensinos técnico e normal e, por último, a inclusão dos ensinos secundário, normal e profissionalizante numa

² Distrito antigo da cidade.

categoria mais abrangente, o ensino médio, consagrado pela LDB de 1961, data escolhida para pausar a discussão, ou não, depende do olhar do orientador.

Para o manejo desta pesquisa é importante e será considerado o entendimento da história fragmentada, olhada em suas minúcias. Assim, este estudo insere-se em uma concepção historiográfica renovada, que se baseia na diversificação das fontes documentais e, na problematização do documento. O documento não é neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática (entendida como ação projetada para algum interesse) histórica e pertenceu a um determinado grupo, o grupo que o forjou, que o legitimou.

Veyne (1995, p. 164) diz que “as práticas são raras, pontiagudas, específicas e são elas que forjam os objetos”. E ele continua sua reflexão ensejando que o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história, enganamo-nos quando pensamos que o fazer, a prática, se explica a partir do que é feito. Ou seja, os objetos que servem de documentos ao pesquisador precisam ser pensados à luz da história, pois não escrevemos a história de forma neutra.

Somos também sujeitos históricos, sendo que o conhecimento do passado sofre a intervenção e a interpretação do presente. A leitura do passado é sempre dirigida por uma leitura do presente. Ou, tomando ainda as palavras de Certeau (1982, p. 46), quando diz que o trabalho historiográfico é “reconhecer o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas”.

A utilização dos projetos de lei como fonte da pesquisa aqui empreendida segue o rigor que a cientificidade acadêmica exige para a metodologia escolhida, pesquisa documental, extraindo informações que possibilitam a contextualização do ensino primário na cidade de Anápolis-GO. Ferreira (2004, p. 3) afirma que “os documentos são fontes de dados brutos para o investigador”, que dele extrai elementos que podem caracterizar momentos históricos em curto prazo e caso haja possibilidade em longo prazo. Abreu (2006, p. 8) também ressalta que “é a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história é construída/reconstruída”, contribuindo assim para o ofício do historiador, de crítico da memória. A pesquisa histórica é edificada quando o historiador estabelece como matéria prima para o seu ofício a utilização das fontes, neste caso das fontes primárias, ou seja, documentos que ainda não receberam tratamento analítico e que não foram submetidos à operação historiográfica. Outra importância para o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A pesquisa documental

favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros, favorecendo o processo de investigação ao qual se utiliza neste trabalho.

Minayo (2008, p. 22) se posiciona acerca da pesquisa documental afirmando que ela sustenta “a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador”, que costura com elementos históricos obtidos no percurso da pesquisa documental a resposta ao problema levantado.

Pressupostos metodológicos

Elegemos para o desenvolvimento deste estudo a pesquisa bibliográfica e a pesquisa e análise documental. A pesquisa bibliográfica: “[...] abrange [...] [a] bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]”. (MINAYO, 2008,p.66). A opção por este tipo de pesquisa justifica-se pelo fato de que um levantamento bibliográfico pertinente “[...] oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas [...]” (MINAYO, 2008, p.67). Desta forma a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi tornado público, ela permite o exame de um determinado tema sob novo enfoque, nova abordagem, permitindo chegar a conclusões inovadoras.

Assim, a pesquisa bibliográfica dará suporte às análises do objeto estudado, a partir das teorias, em especial sobre fontes primárias. A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação; é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (PROST, 2008).

Utiliza-se de materiais que não receberam tratamento analítico nem foram submetidos a crítica histórica (ABREU, 2008).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, ou seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE E ANDRÉ, 1986).

O levantamento classificação, análise e catalogação das fontes primárias se dará da seguinte forma: a) os livros atas; b) projetos de leis aprovados e rejeitados. Elaboração de um banco de dados das fontes primárias.

Privilegia-se para levantamento de documentos o Centro de Documentação e Pesquisa da Câmara Municipal de Anápolis, o Centro de Documentação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), O Arquivo da Prefeitura da cidade e o acervo da primeira Escola de Ensino Secundário do município. O método de análise está intimamente vinculado à Análise do Discurso, uma vez que abordamos documentos oficiais, forjados em um espaço formal, para tal coloca-se plausível de adaptação segundo apreciações do orientador ou orientadora do Programa.

Bibliografia

ABREU, Sandra Elaine Aires de. **A instrução primária na província de Goiás no século XIX**. Tese de doutorado. PUC-SP, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. 1999. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História, n. 127.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 3. ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Brasil Império. 2 edição. São Paulo: Edusp, 1972, 272pp.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

PROST, A. 12 Lições sobre a História. Tradução: Guilherme João de Freitas. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982

Documentos:

PROJETO DE LEI Nº 159. Data: 31 de maio de 1948 **IN**: Centro de Documentação e Pesquisa da Câmara Municipal de Anápolis-GO.

Lei Orgânica do Ensino Secundário nº 4.244 de 09 de abril de 1942. In: Biblioteca Nacional.

Ata da **Comissão de Educação, Cultura e Assistência social**. In: Centro de Documentação da Câmara Municipal de Anápolis-GO. 1948 a 1954. *137 páginas*.

Bibliografia de potencial interesse (outras poderão ser acrescentadas sob orientação)

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1996.

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua legislação: (de 1931 a 1941 inclusive)**. São Paulo: José Magalhães, 1942.

ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo : Edusp, 1999.

BORGES, Humberto Crispim. **História de Anápolis**. Goiânia: Cerne, 1975.

BRASIL. (1952) **Exposição de Motivos da Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 1º de abril de 1942**. In: **ENSINO secundário no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e

Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1952. p. 22-28.

BRETAS, G. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRITO, S. H. A. de. **A produção de compêndios de Sociologia para a escola secundária e o processo de institucionalização da disciplina no Brasil (1930-1945)**. In: SILVA, F. de C. T.; KASSAR, M. de C. M. (Orgs.). **Escrita da pesquisa em educação no Centro-Oeste**. Campo Grande: Oeste, 2012. p. 61-91.

CUNHA JR., C. F. F da. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CANDEIAS, A. (2001). **Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português**. In S. R. Stoer, L. Cortesão, & J. A. Correia (Orgs.). **Transnacionalização da Educação. Da crise da educação à educação da crise**. Porto: Edições Afrontamento.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem. A elite política imperial**. 3a.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

DEMO, P. **Pesquisa: princípios científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2000

DODSWORTH, Henrique. **Cem anos de ensino secundário no Brasil: (1826-1926)**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1968.

FÁVERO, Osmar(org). **A educação nas Constituintes Brasileiras 1823- 1988**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

FERREIRA, Haydée Jayme. **Anápolis: sua vida, seu povo**. Brasília: Senado Federal, 1981.

FORJAZ, Djalma. **Do ensino e fiscalização nos institutos de instrução secundária equiparados ao Gymnasio Nacional.** São Paulo: Typographia Maré, Monti, 1906.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.** São Paulo: Iglu, 2004.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LISBOA, Alessandra C. **Villa-Lobos e o Canto Orfeônico: música, nacionalismo e ideal civilizador.** 2005. 183 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

LOURENÇO FILHO, M. B. 1963. **Introdução ao Estudo da Escola Nova.** 8ª ed. São Paulo, Melhoramentos.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931).** São Paulo : HUCITEC, 1997.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império: subsídios para a história da educação no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1936 – 1938, v. 3.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/EDUSP, 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

PALACIN, L. e MORAES, M.A.S. **História de Goiás.** Goiânia: UCG, 1994.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil: Educação popular e educação de**

adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

VALDEZ, D. Lição, palmatória e tabuada: imagens da educação em Goiás no século XIX. In: Revista Educativa, v. 4, n. 1, jan/jun/2001, UCG: Goiânia, p. 99/118.